



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 12, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 12 - CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Editores responsáveis: **Veleida Anahi de Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14-12.00>

Recebido em: **04/09/2020**

Aprovado em: **05/09/2020**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DOCENTE: RELATO DE VIVÊNCIA NA
GESTÃO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA
NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA.**

GABRIELA MACÊDO CARNEIRO

<https://orcid.org/0000-0002-9432-5839>

JUSSARA LIMA SANTOS

<https://orcid.org/0000-0003-3588-1824>

WALBER CHRISTIANO LIMA DA COSTA

<https://orcid.org/0000-0003-2440-8564>

RESUMO

A presente pesquisa é resultado das experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, componente curricular do curso de Pedagogia, com o desígnio de compreender como atua a gestão escolar. Com a pesquisa teórica e de campo, foi possível depreender que é perceptível a existência de problemas e desafios que precisam ser analisados para a busca de melhorias e soluções. Para isto, foi abordada a importância do estágio na formação docente, atuação da gestão e a coordenação pedagógica da rede pública no Brasil, análise sobre o sociocultural e econômico na formação do professor. Tem como objetivo principal conscientizar sobre a formação e qualificação dos professores frente às constantes atualizações das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs); a fim de apreender a in(existência) da atuação de uma gestão escolar democrática efetiva.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é o momento em que o graduando tem a oportunidade de colocar em prática a teoria estudada na faculdade. Em virtude disto, e levando em consideração autores como Gadotti e Romão (2004), Lima (2018), Pimenta (2002; 2011) e Saviani (1986; 2009), que abordam a importância da associação entre a teoria e a prática para a formação docente, o estágio também é campo para o desenvolvimento de novas concepções pedagógicas.

O estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) tem como prescrição no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) 2018 a sua realização a partir do primeiro semestre, com a observação do cotidiano e da dinâmica escolar, sendo capaz de promover o conhecimento sobre as realidades das escolas e dos educadores no primeiro momento do curso, contribuindo ainda para que os discentes desenvolvam a sua identidade docente, a busca de soluções e ideias para melhorias e aprimoramento da prática. Portanto, é importante que, não só os graduandos em pedagogia, mas todos os alunos de licenciaturas, vivenciem a prática por meio do estágio desde o momento em que ingressam na graduação para que se envolvam, percebam e compreendam o “ser docente”.

O ser docente se faz, entre outros fatores, por intermédio de uma formação inicial de qualidade. Para que isso ocorra, é fundamental que as disciplinas da grade curricular dos cursos de licenciaturas das faculdades abranjam, além dos conteúdos, a elaboração de artigos; a participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, e núcleos eletivos; e as vivências experimentadas por meio da prática dos estágios supervisionados. É através dessa associação da teoria com a prática, possível ser vivenciada por meio do estágio, que são presenciadas as realidades dos professores, bem como dos alunos, incluindo as dificuldades, os problemas e desafios de cada indivíduo envolvido no processo de ensino e aprendizagem.

Sobre a realidade do professor, especificamente no que diz respeito à formação, Barbosa e Müller (2015) afirmam que se percebe um distanciamento entre o perfil que se espera do professor, em virtude das mudanças sociais e culturais da sociedade em que estamos inseridos, e o perfil dos professores que se formam. Diante disso, há a necessidade de muito investimento e, aqui, cabe acrescentar, a importância de ouvir os professores e os graduandos para que ocorra uma compreensão de fato do que precisa mudar e/ou ser aprimorado para que se tenha uma formação inicial de qualidade. Esse fator é essencial no processo da apropriação dos saberes, sendo necessário para que a atuação em campo contribua, também, na intervenção sobre o número de professores recém-formados que abandonam a profissão ao se depararem com uma realidade totalmente diferente da que lhe foi apresentada na teoria.

Quais são as atividades desenvolvidas pela gestão e da coordenação, e qual a metodologia usada? Há atividades coletivas desenvolvidas pela gestão e coordenação? Quais são as dificuldades e desafios? A gestão é democrática? Estas foram algumas das questões levantadas que serviram de guia para a vivência no estágio supervisionado III, realizado na gestão e coordenação de uma escola pública da cidade de Marabá-Pa, situada no bairro Laranjeiras, com o intuito de observar, acompanhar e contribuir na execução das atividades desenvolvidas pela gestão e coordenação da referida escola.

A estrutura do presente artigo consiste em apresentar a importância do estágio na formação do professor com base na atuação na gestão e coordenação pedagógica, mostrando um breve relato sobre ela na rede pública do Brasil, levando em conta as questões socioculturais e econômicas dos professores em formação. Como fundamentação teórica utilizamos autores como Leontiev (2004), Pimenta (2002; 2011), Gadotti e Romão (2004), e Dourado (2007). Assim, a pesquisa evidente tem como intenção compreender os objetivos, os projetos e os desafios da escola em questão; mostrar os métodos e as práticas utilizadas na gestão e coordenação; analisar a relação intra e interpessoal dos profissionais de educação do referido local, associada a questões socioculturais; principalmente,

conscientizar sobre a formação dos professores frente as constantes atualizações das Tecnologias de Informação Comunicação (TICs), a fim de alcançar a in(existência) da atuação de uma gestão escolar democrática efetiva.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração do artigo foi à revisão narrativa de literatura usada para o embasamento teórico; e a abordagem quantitativa-descritiva e qualitativa. É pesquisa quantitativa-descritiva porque tem como principal intenção analisar as características reais ou fenômenos por meio do uso de instrumentos quantitativos como questionários e entrevistas (TRIPODI; FELLIN; MEYER, 1981); é qualitativa porque a pesquisa foi realizada no ambiente natural, sendo este a fonte direta da obtenção de dados, sendo o(s) pesquisador(es) o instrumento fundamental (GODOY, 1995).

Para isto, foi utilizado um questionário e a entrevista despadronizada com os professores, a gestão e a coordenação; e a análise de documentos, como: Projeto Político Pedagógico (PPP), calendário letivo, livros de ata e de ponto, registros de saídas, planos de ação, regimento escolar, agenda pedagógica, livros usados nos projetos pedagógicos e o cronograma de atividades; para a obtenção de dados. A pesquisa ocorreu em 2019, no período vespertino, com duração de 15 dias.

Por conseguinte, no embasamento teórico foram utilizadas as bases de dados da Scielo, artigos eletrônicos do site Brasil Escola, livros e anais eletrônicos publicados em eventos acadêmicos. Dentre os autores estão Barbosa e Müller (2015), Benites, Sarti e De Souza Neto (2015), Bousso (2000), Coutinho (2002), Cruz e Monteiro (2019), Fávero (1992), Fernandes e E Silva (2007), Correia e Franzolin (2013), Godoy (1995), Lima (2018), Lück (2009), Nóvoa (2001), Tripodi, Fellin e Meyer (1981), e Silva (2014).

ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DOCENTE E SEUS IMPASSES

Numa entrevista cedida a Nova Escola, o educador Antônio Nóvoa ao ser questionado sobre os principais problemas na educação portuguesa e brasileira advirem da formação dos professores, sublinha que “existe uma certa incapacidade para colocar em prática concepções e modelos inovadores”[i]. As interposições quanto as concepções e métodos trazem um distanciamento entre o teórico-prática, em um determinado momento fazendo-se proveito do alto valor acadêmico em outro por um empirismo habitual.

Saviani (2009) argui que, a responsabilidade atribuída à faculdade como responsável exclusiva pelo processo formativo do futuro professor deve, sempre, estar atenta as emergências do Município e Estado que está alocada. Ao analisarem os documentos norteadores para as licenciaturas no Brasil, Benites, Sarti e De Souza Neto (2015) arguem que as questões relativas aos professores colaboradores para com os estagiários não são enfatizadas e não oferecem recomendações mais abertas em relação a prática prevista.

A Lei n. 11.788/2008[ii] trouxe a proposta de interação entre a faculdade e a escola campo de estágio, mas não discorre com veemência sobre o papel dos professores partícipes. Sobre essa influência mútua, Gatti e Barretto (2009) criticam a falta de planejamento e limpidez com às formas de supervisão e de orientação que os estagiários recebem, tanto por parte da faculdade quanto por parte da instituição que recebe os alunos. Sem adjacências definidas, os estágios curriculares na formação docente tendem a ter o papel de complemento da formação acadêmica, submergindo sua especificidade como justaposição do trabalho docente (PIMENTA; LIMA, 2011) e campo de iniciação à docência e à pesquisa. Desse modo, o estagiário acaba sendo um redator de observação da prática docente, conseqüentemente, atizando mais ainda para que o professor faça valer somente a sua própria experiência como estratégia de recepção.

A formação intelectual deve ser vista como uma sucessão de experiência que começa no conhecimento como aluno (educação base), se entende para a graduação, combinada com o estágio, aumenta na prática quando se torna profissional, e culmina na formação continuada. Assim sendo, para que o equilíbrio entre a inovação e tradição aconteça de maneira significativa, é preciso valer as novas concepções apresentadas pelos graduandos, ou melhor, estagiários. Nóvoa (2001) descreve que

“O resgate das experiências pessoais e coletivas é a única forma de evitar a tentação das modas pedagógicas. Ao mesmo tempo, é preciso combater a mera reprodução de práticas de ensino, sem espírito crítico ou esforço de mudança. É preciso estar aberto às novidades e procurar diferentes métodos de trabalho, mas sempre partindo de uma análise individual e coletiva das práticas”[iii].

De acordo com o inciso IV do art. 8 do Capítulo III da resolução Nº 2 exibida no Diário Oficial da União[iv], é necessário que o educador consiga “dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano” (BRASIL, 2015, p. 10). Em face, as propostas curriculares dos cursos de formação de professores muitas vezes não concebem às necessidades da população, pois carece de uma visibilidade das práticas docente que começa no estágio e continua por toda uma vida.

Correia e Franzolin (2013) apontam o estágio como a área mais importante durante a graduação porquanto direciona o aluno para além da prática. Perfilhar o estágio como fonte de muita aprendizagem na qual

[...] o aluno se coloca como cientista e pesquisador da realidade; a ele cabe indagar e questionar a realidade discordando dela, caso esta se mostre em oposição às questões fundamentais para efetivação da educação, principalmente nos casos de licenciaturas (FERNANDES; E SILVA, 2007, l. 5).

De maneira crítica e ética, o estagiário em pedagogia ao perceber as indigências positivas e/ou negativas durante os momentos de ensino e aprendizagem num determinado espaço, pode manifestar intervenções que contribua para o desenvolvimento da sua formação, dos alunos e do professor regente. Pimenta e Lima (2011) reiteram que “[...] a aproximação à realidade só tem sentido quando tem conotação de envolvimento, de intencionalidade [...]” (p. 45). Esses momentos devem ser observados pelo estagiário para além do registro, pois o objetivo do estágio é a dinâmica democrática, aonde as ingerências devem ser feitas com responsabilidade e conjunta com os professores, onde todos possam buscar soluções no trocar das ideias e metodologias.

Fávero (1992) questiona que “não é só frequentando um curso de graduação que um indivíduo se torna profissional. É, sobretudo, comprometendo-se profundamente como construtor de uma práxis que o profissional se forma” (p. 65). A teoria e a prática nos cursos de formação de professores se fazem indissociáveis, pois o estágio se torna um campo investigativo e reflexivo articulado a teoria, embora “a importância do estágio não se resume à integração do aluno ao mercado de trabalho ou ao aprimoramento de suas habilidades no âmbito profissional. Trata-se também de um aspecto relevante na formação da pessoa” (BOUSSO; *et al.*, 2000, p. 218). Portanto, o estágio se caracteriza como responsável na consolidação da identidade do educador, onde é possível construí-la por meio da vivência, elaborando e realizando projetos em parcerias.

GESTÃO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA REDE PÚBLICA NO BRASIL

A Constituição da República Federativa de 1998 descreve que o princípio da gestão escolar no ensino público do Brasil é de uma *gestão democrática* associada à participação da *constituição federal* e dos *conselhos de educação* (Estado e Município) na elaboração do projeto político

pedagógico e diretrizes, de modo coletivo e participativo; da *comunidade escolar* na fiscalização da verba da escola e na avaliação institucional; e da *coordenação das funções pedagógicas*, que está inteiramente ligada ao desempenho do professor e do aluno. Ademais, ela sobrepõe que a gestão escolar precisa garantir a igualdade, a liberdade, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a gratuidade, a valorização dos profissionais e a qualidade da educação[v]. Conquanto, para Coutinho (2002) há uma contradição no que diz respeito a execução da gestão democrática quando a mesma relaciona a socialização da participação política com a socialização do poder, pois

o fato de que haja um número cada vez maior de pessoas participando politicamente, participando organizadamente, constituindo-se como sujeitos coletivos, choca-se com a permanência de um Estado apropriado restritamente por um pequeno grupo de pessoas, por membros da classe economicamente dominante ou por uma restrita burocracia a seu serviço (COUTINHO, 2002, p. 17).

Intui-se que o pequeno grupo do qual o autor se refere seja aquele que possui grande influência no sistema público da educação, atuando em desfase-se da democracia para associar-se a gestão burocrática e aos interesses individuais, de modo a privilegiar a empresarialização das escolas ou o seu modo de gestionar. Para Lima (2018) tudo isso “assente na hegemonia do novo capitalismo e na sua rejeição de todas as concepções de educação como realidades extra econômicas, para além da formação de capital humano e da produção de qualificações ao serviço da competitividade econômica” (p. 24). Assim, as práticas democráticas no sistema educacional e a autonomia da participação nas decisões e envergaduras da elaboração de normas e leis cursam em direção à desconstituição como princípio político constitucionalmente eficaz, mais do que isso, a práticas saem de cena quando se trata do exercício da participação nos processos de disposição, sendo elas um direito dos professores, dos alunos, das famílias e de todo entorno comunitário.

[...] a democratização dos processos de organização e gestão deve considerar as especificidades dos sistemas de ensino, bem como os graus progressivos de autonomia das unidades escolares a eles vinculados, e buscar a participação da sociedade civil organizada, especialmente o envolvimento de trabalhadores em educação, estudantes e pais (DOURADO, 2007, p. 926).

Perante a citação, a gestão democrática de fato é aquela que não se curva aos exercec utilitaristas e prolíferos do mercado. Ribeiro e Chaves (2012) complementam o pensamento de Dourado ao direcionarem o papel da gestão democrática para um cumprimento social que contrapõe as políticas neoliberais. A relação entre as políticas públicas e o Estado devem resultar na urgência de novos mecanismos e formas de gestão, conduzida por princípios democráticos. Adiante, Dourado (2007) transporta esse papel para uma correlação entre gestores e instancias colegiadas atuantes, e no exercício da autonomia das universidades públicas. Dessa maneira, a gestão democrática se torna um espaço onde as ideias de um coletivo são concebidas como interesse hegemônico. Logo, a autonomia das universidades diz respeito a importância do conhecimento a ser produzido, e na capacidade e maneira pela qual os problemas podem ser pesquisados, sucedendo na avaliação dos resultados que foram investigados com intuito de contribuir de maneira expressiva para o campo da educação.

No Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020, organizado por Cruz e Monteiro (2020)[vi], foi exposta uma pesquisa sobre a gestão democrática. Em relação ao critério de acesso ao cargo/função do gestor da educação básica no Brasil em 2019, foi constatado que na rede municipal 66,2% dos cargos foram exclusivamente por indicação da gestão – o anuário não esclarece se a escolha é de cunho político partidário –. No Estado do Pará esse critério foi de 74,3 – todas as redes de ensino – enquanto no Distrito Federal foi de 18,3.

Os poderes públicos são responsáveis por assegurar os naipes políticas e de gestão, para que na formulação e implementação das ações e dos programas na educação básica a sociedade civil tenha participação efetiva, mas isso se torna um dos grandes desafios da educação básica brasileira, pois, a prática mostra que há sucumbência do fazer pedagógico. Bem que, parâmetros e diretrizes, metas e ações, não são suficientes para assegurar um ensino democrático. É necessário edificar um processo

pedagógico pautado na eficiência, eficácia e efetividade social sobre a realidade do educados e educandos. De tal modo, as questões que norteiam a gestão democrática no país articulam-se com o frenético debate sobre uma educação de qualidade. A gestão democrática de fato é complexa, por hora é uma gestão *putativa*[vii], mas não impossível de ser executada de maneira democrática de fato.

UM OLHAR SOB OS ASPECTOS SOCIOCULTURAL E ECONÔMICO NA FORMAÇÃO DOCENTE

O desenvolvimento intelectual do homem também é advindo de uma base educacional historicamente centrada na evolução de uma sociedade. Nas concepções de Vygotsky (1991; 1995; 2007; 2010; 2011), criador do que podemos chamar de *teoria socio-histórico-cultural do desenvolvimento das funções mentais superiores*, vemos argumentos de que o homem não apenas absorve e reproduz aquilo que foi ensinado como também é capaz de criar novas ideias, pois a produção e criação de saberes depende da relação do homem com o mundo. Diante disso, podemos dizer que a formação intelectual do educador, consequentemente o ato de educar, está ligada às particularidades do meio. Se confere em Carneiro, Santos e Costa (2019) que essa concepção deve levar em consideração os aspectos sociocultural e socioeconômico durante e após a formação do educador.

Segundo Cruz e Monteiro (2020), no que tange ao acesso ao Ensino Superior, em 2019 a porcentagem de frequentes entre 18 a 24 anos de idade, por taxa líquida, foram de 45,0 mais ricos e 10,7 mais pobres, sendo 16,1 pardos e 16,6 pretos e 29,8 brancos. Por localidade, eram da zona urbana 23,7 acima da média, enquanto da zona rural 7,7 abaixo da média. O acesso em 2019 na Região Norte, especificamente no Estado do Pará, por taxa líquida, foi de 15,0, sendo o estado com menor porcentagem de frequentes. Professores com formação superior na educação básica somavam, em 2019, o quantitativo de 979.196 sem pós graduação, sendo 41,5 atuantes da educação infantil e 44,9 do ensino fundamental. No percentual de matrículas nos cursos para a docência, em 2018 foram 59,4 presencial e 49,6 EaD. Na modalidade EaD, em milhares, foram 686,0 na rede privada e 105,8 na pública; já no formato presencial foram 466,9 públicas e 311,2 privadas. O número de matrículas no curso de pedagogia na modalidade EaD no ensino superior da rede privada, em absoluto, foi de 440.628, ou seja, 64,2 % do total de matriculados dos cursos de pedagogia no país.

Por média Talis – dados expostos no mês de março de 2020 – 57,8% dos professores que responderam à pesquisa sobre gastos de “alto importância” para a educação relataram que a prioridade de gasto seria a de oferecer desenvolvimento profissional de alta qualidade para os professores. Bem que, para 34,7% seria investir em material didático. Sobre a motivação para ingressar na profissão docente, 93,2% dos professores responderam que a docência permitiu a influência no desenvolvimento de crianças e adultos, enquanto 67,5% disse que a docência ofereceu uma carreira estável. Em relação à satisfação com a profissão docente, 75,8% dos entrevistados estão satisfeitos com a sua escolha profissional, porém, 10,3% lamentaram ter escolhido ser professor. Em relação às barreiras que enfrentam na profissão, 65,5% disseram que falta apoio ao empregador. No que alude ao econômico, os professores de rede pública da educação básica tiveram como salário base em 2019 o valor de R\$ 3.026,00 e nesse íterim, os profissionais da área de humanas receberam R\$ 5.863,00; enquanto os da área de exatas R\$ 6.994,00 (CRUZ; MONTEIRO, 2020).

Diante dos dados expostos, percebe-se que a formação docente está sujeita às políticas públicas, tendo o nível social e cultural colocado entre o econômico relativamente baixo e a obtenção do diploma e da especialização acima (CARNEIRO; SANTOS; COSTA, 2019, l. 6). Se alocar a estrutura familiar, as questões pessoais, a exclusão, a aquisição da educação básica, a religião, a identificação de gênero, as condições de trabalho e saúde, ou seja, a cultura e os aspectos políticos como parte essencial no desenvolvimento profissional não só durante a graduação mas após, Correia e Franzolin (2013) implicam que os graduados buscaram reafirmar a sua identidade profissional para

serem capazmente criadores de novas metodologias e satisfeitos com sua escolha profissional. Destarte, esses elementos acabam se tornando cooperadores na ação do professor, de como ele irá ajudar crianças, adolescentes, jovens e adultos a desenvolverem conhecimentos e direcioná-los ao caminho que podem trilharem, assim como na sua relação com os alunos e parceiros do trabalho, e de como encarar o acúmulo de responsabilidades que é atribuída a sua função.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: APRECIÇÕES SOBRE A GESTÃO E COORDENAÇÃO NA PRÁTICA

A gestão da escola, campo da pesquisa, é composta por 03 (três) profissionais (diretora, supervisora escolar e orientadora educacional) mais 01 (um) conselho escolar. Cada profissional é responsável por desenvolver determinadas atividades que estão atreladas ao seu cargo.

A diretora é responsável por desenvolver 07 atividades: definir as propostas pedagógicas da escola; organizar e encaminhar para a secretaria de educação os projetos de implantação, autorização e reconhecimento de cursos; elaborar e controlar o calendário com horários e distribuição de carga horária dos professores; implementar atividades de capacitação de recursos humanos; promover reuniões administrativas e pedagógicas; zelar pela qualidade da merenda e buscar soluções para os problemas internos e externos relacionados ao andamento das atividades escolares.

A supervisora escolar tem a função de dinamizar o processo educativo, e promover e assessorar as atividades de natureza técnico-científica e pedagógica. A orientadora educacional participa de toda a dinamização do projeto educativo. Já a coordenadora é responsável por analisar e deliberar sobre os assuntos ligados ao processo de ensino e aprendizagem tanto dos professores quanto dos alunos.

O conselho escolar deve fiscalizar e avaliar as atividades administrativas, pedagógicas e de ensino; promover a integração entre os núcleos participantes; viabilizar a prática democrática e socializar as decisões do plano global da escola.

As atividades desenvolvidas pela gestão e coordenação são diversas, perceptível nas descrições dos parágrafos anteriores, o que contribui para que haja grande dificuldade de acompanhamento por parte dos estagiários. No que concerne à direção educacional, o que justifica essa situação é o fato de que os procedimentos adotados nas escolas da sociedade moderna exigem dos diretores maior diligência sobre as atividades administrativas, tornando as questões pedagógicas e educativas uma responsabilidade de segundo plano (GADOTTI; ROMÃO, 2004). Para além, o diretor escolar é, antes de mais nada, um educador, e deve ser por excelência, visto que, a maior responsabilidade na preservação do aspecto educativo, na instituição escolar é sua (SAVIANI, 1986). É imprescindível que haja uma preparação da gestão para a recepção e permanência dos estagiários, bem como o retorno ou feedback que disponha das informações imprescindíveis para a construção dos saberes e práticas pedagógicas. Cabe ao sistema educacional dispor de pessoal qualificado e em número adequado para que não ocorra uma sobrecarga dos profissionais e, conseqüentemente, prejudique o bom desempenho das funções; a união e distribuição apropriada das atividades educacionais entre os componentes da gestão, que ocorre quando há confiança entre professores, direção e coordenação, resultando em um relacionamento aberto e participativo.

Em relação à metodologia usada, é baseada nos atos normativos da administração superior, sendo o método usado com base nos relatos dos acontecimentos do dia, da participação em reuniões com os pais e funcionários de outras instituições, por meio de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, e na parceria externa com entidades.

É desenvolvida uma atividade coletiva, que é o reforço escolar. A atividade coletiva é significativa para oportunizar e desenvolver a união, parceria e o respeito entre os profissionais, contribuindo para que, por meio do exemplo, as crianças e adolescentes também desenvolvam essas atitudes. Segundo Leontiev (2004), as atividades em grupo proporcionam o desenvolvimento da consciência. É essa

consciência, dentre outros fatores, que auxilia na formação do caráter do indivíduo.

O trabalho coletivo é evidente quando há uma gestão democrática de fato na escola. Isto só é possível quando há a participação dos “usuários da escola”, dos profissionais que atuam em salas de aula, das secretarias, em conjunto com os dirigentes e gestores, exercendo, não somente, o papel de fiscalizadores e receptores dos serviços escolares (GADOTTI; ROMÃO, 2004), mas de contribuintes na efetivação da educação de qualidade para as futuras gerações.

A tabela 1 demonstra a porcentagem das dificuldades e desafios enfrentados pela gestão e coordenação, de acordo com os dados coletados.

Tabela 1 – Dificuldade e Desafios.

Dificuldades e Desafios	Total	% dificuldades e desafios
Estrutura física	03	37,5
Relacionamento	03	37,5
PPP	01	12,5
Ausência dos professores	01	12,5
TOTAL	08	100

Fonte: Os autores.

Quanto à estrutura física, os problemas estão associados à ausência de sala para as aulas de reforço; a sala para a gestão e coordenação é pequena se levar em consideração que pais e alunos são atendidos nessas salas, sendo necessário que haja privacidade; e o espaço destinado para a sala de leitura é inadequado, em virtude de estar dividida com a sala dos professores. Quando não se tem um espaço adequado para a realização das atividades, pode e interfere no aprendizado dos alunos, que, em muitos casos, já passam por dificuldades fora da escola, como no caso das escolas localizadas em bairros carentes, que é o caso da escola onde o estágio foi realizado.

Quanto ao relacionamento, foi verificado que há uma divergência entre o que a gestão solicita e o que é realizado pelos funcionários; o planejamento não é executado ou não é executado conforme o planejamento ou não é elaborado; e não há uma gestão democrática de fato. No relato de um entrevistado, há uma falsa gestão democrática, pois ocorrem as reuniões para saber o que fazer para resolver os problemas encontrados e planejamentos necessários para melhorias, porém, o que é decidido não é colocado em prática, mas o que prevalece é a opinião de uma minoria. Pimenta (2002) esboça sobre um fazer necessário sob uma modificação na escola, sendo necessário que um maior número de pessoas da classe desfavorecida seja introduzido nela e permaneçam amparados pela mesma, assim, conseguirá socializar o saber de forma satisfatória.

Foi constatado que o PPP precisa ser atualizado, pois a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), representada pelo seu secretário, solicitou que o PPP de todas as escolas da rede municipal de educação de Marabá-Pa seja atualizado, com base no que é sugerido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A priori, o PPP deve ser visto “como um processo de transformação e de antecipação do futuro, que constitui princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor preparar, sistematizar e expressar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo” (SILVA, 2014, l. 2). Outrossim, o PPP não pode ser visto de forma separada do planejamento educacional e escolar, pois, em conjunto, são responsáveis por uma melhor organização do trabalho e das discussões coletivas (GADOTTI; ROMÃO, 2004).

Sobre a ausência de professores, ela se dá por diversos motivos, dentre eles, se pode citar a ausência no campo de trabalho por motivos de saúde. Esse é um fator que afeta boa parte dos educadores, o

mal-estar docente. Da Rocha e Fernandes (2008) citam 10 características que resultam no mal-estar do professor, e são elas: o trabalho repetitivo, a concentração em uma mesma tarefa a longo prazo, trabalho excessivo, ritmo acelerado, interromper as tarefas antes da sua conclusão, o tempo para a execução das atividades não é suficiente, conflitos com os colegas e desinteresse destes, exposição a hostilidades, inexistência de processo democrático. Diante dessa situação, pelo fato de que os alunos não podem ficar sem aula, a gestão e/ou a coordenação substituem os professores ausentes.

A respeito da prática da gestão escolar, Lück (2009) diz que,

como a gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais, o trabalho dos diretores escolares se assenta sobre sua competência de liderança, que se expressa em sua capacidade de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais, outros) para a efetivação desses objetivos e o seu envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para sua realização (p.75).

Alguns fatores e atitudes da direção escolar pode favorecer para que ocorra o inverso: uma gestão não-democrática. Pimenta (2002) cita o autoritarismo como fator que leva à imposição dos alunos à uma organização distante das suas possibilidades, resultando na desagregação do ato de ensinar/aprender, e na criação de um espaço de medo e desconfiança por parte dos professores e demais profissionais.

A ausência da democracia na gestão escolar pressupõe que a escola acaba sendo uma espécie de empresa que presta serviços ao poder público, por exemplo, a fiscalização da verba, o monitoramento no desempenho dos alunos e dos professores, e não ao que interessa de fato, trabalhar com o social, cognitivo, emocional e educacional, elementos primordiais para que a crianças e o adolescente desenvolva as suas habilidades. Além do mais, o sociocultural e econômico são aspectos que fazem parte da vida dos cidadãos, por isso é importante serem abordados na prática do professor. Para solucionar este problema, deve haver a oportunidade da participação da comunidade externa – família e universidades públicas – nas reuniões que debatem e decidem sobre a situação educacional do município, como, sobre a elaboração de diretrizes, normas, leis e currículos. Ou seja, elevar a autonomia democrática da própria escola com a participação da comunidade externa, e questionar junto aos alunos sobre o currículo pedagógico escolar – disciplinas, conteúdos, exercícios, atividades, provas, a prática do professor, etc. –. Para além, observar que o Estado – governadores, prefeitos, vereadores e secretários – não vivencia o dia a dia da educação de uma criança, então, qual é a função de fato do Estado na educação? A gestão democrática começa na própria gestão do país, para que, como consequência, a educação tenha em seu exercício uma gestão coletiva e participativa ao gestionar a igualdade, a liberdade, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a gratuidade e a qualidade da educação. Assim, o seu campo de aprendizado poderá estimular novos sujeitos políticos imbuídos de espiarações para nortear os educados e educandos para a convivência humana, prática educativa e execução das habilidades.

Além dos desafios e dificuldades anteriormente apontados, há outro, que será discutido abaixo: a necessidade de atualizar e construir novos saberes por parte dos educadores mais antigos quanto ao uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem.

Os avanços tecnológicos vão sempre exigir um novo conceito de educação, sendo necessário incorporar na prática educativa novas maneiras de ensinar, transmitir e aprender conhecimentos. Nesse conceito deve ser assegurado uma formação docente que emprega a realidade da sociedade em seus procedimentos. Porém, o que se vê, observando a prática docente, é uma questão contraditória, pois há cobrança da associação das novas tecnologias com a educação, há cursos de formação continuada, porém, ainda têm profissionais que não estão ou não são capacitados para usá-las de forma adequada, sendo uma das problemáticas o tempo que o educador não possui para se especializar e/ou condição financeira imprescindível para arcar com as despesas do(s) curso(s) complementares. Diante disso, se entende que as “as tecnologias digitais possuem um papel

relevante, no campo educacional, e que a formação de professores para o uso das novas tecnologias precisa ser efetivada de fato [...]” (FRIZON; et al., 2015, p. 10203). Para tanto, faz-se necessário um processo de conscientização e qualificação dos educadores mais antigos quanto ao uso das tecnologias, por meio de cursos que contribuam de forma diligente na construção e apropriação das ferramentas. Ademais, “a pesquisa científica deve fazer parte da vida do educador” (LIMA; DE ANDRADE; DAMASCENO, 2008, on-line). É importante que graduandos, especificamente os de licenciaturas, busquem desenvolver habilidades para produção científica, pois, como já dizia Beirão (1998) em um ofício publicado no boletim da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),

“o desafio da universidade hoje é formar indivíduos capazes de buscar conhecimentos e de saber utilizá-los. Ao contrário de outrora, quando o importante era dominar o conhecimento, hoje penso que o importante é “dominar o desconhecimento”, ou seja, estando diante de um problema para o qual ele não tem a resposta pronta, o profissional deve saber buscar o conhecimento pertinente e, quando não disponível, saber encontrar, ele próprio, as respostas por meio de pesquisa” (on-line).

Defronte os argumentos acima, percebe-se que o docente pode superar o conhecimento, sobre determinado assunto, que possui e adquiriu ao longo de anos atuando em sala de aula, e descobrir novos caminhos através da curiosidade e interesse dos alunos da sociedade atual, levando em consideração e respeitando as particularidades e conhecimentos prévios de cada um. Para que isto ocorra, é preciso que o professor desenvolva algumas características como a flexibilidade e o senso crítico-reflexivo, sendo necessário, em alguns momentos, que aconteça um processo de desconstrução das ideias, como é o caso do uso das TICs na prática educativa. É conciso que as políticas públicas favoreçam condições necessárias para que todos – educandos e educados – tenham acesso de qualidade, igualitário, democrático e participativo nos processos educativos, além de contribuir para a construção de Projetos Políticos Pedagógicos e de Curso pautados na realidade presente, levando em consideração os dados e resultados obtidos por meio de pesquisas, como o Anuário Brasileiro da Educação Básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude das mudanças e transformações da sociedade em que estamos inseridos, é essencial que haja uma gestão democrática de fato, pois a participação dos envolvidos na educação possibilita que cada um opine, argumente e apresente as dificuldades, os desafios, os problemas e as possíveis soluções. Além do mais, a gestão democrática é entendida de forma divergente do que ela realmente é. O que deve ser feito é, inicialmente, compreender o seu conceito e sua prática concreta, que possui complexidade, mas também, levar em consideração que o coletivo também tem contradições que precisam ser analisadas. Diante disso, é necessário que os gestores se conscientizem de que a gestão democrática precisa praticar a eficiência, eficácia e efetividade coletiva.

A pandemia do coronavírus (COVID-19) transformou a forma de pensar a vida, a economia e as maneiras de ensinar e aprender, o (re)pensar sobre as questões sociais, e a necessidade da humanidade se adequar às novas formas de sobrevivência no pós-pandemia. Dentro dessas transformações está a importância do uso adequado das tecnologias de informação e comunicação, que trouxe à tona para o ano 2020 discussões sobre a inclusão, ou melhor, exclusão, no meio educacional; sobre o ensino e aprendizagem remoto; e sobre as metodologias das instituições de ensino presencial, principalmente das públicas, que se depararam com um grande desafio: desenvolver uma prática educacional com o uso das TICs, e se (re)organizar financeiramente para arcar com as novas necessidades. Assim, faz-se necessário compreender que as TICs quando conjugada com a sapiência do docente é de grande valia para o ensino e aprendizagem. Vale ressaltar que, o uso das TICs na área educacional tem que começar na graduação do futuro professor, já que esta será uma das ferramentas mais usual no pós-pandemia. Porém, é preciso dispor de estratégias de uso, visto que, a realidade socioeconômica dos alunos da rede pública do Brasil não consegue arcar com as despesas de um ensino virtual, assim como a dos educadores e das instituições de ensino público. Logo, cabe as políticas públicas cumprir o seu papel como agente responsável ao

prestar serviços de qualidade e inclusivos à população.

Outros estudos são sugeridos: o desenvolvimento de ferramenta(s) de fácil acesso e manuseio que proporcione(m) uma interação e uma comunicação hábil entre os componentes da gestão e coordenação pedagógica escolar, regulada por uma gestão democrática de fato, facilmente identificada pelos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem – alunos, professores, familiares e entorno comunitário –, no tocante das dificuldades e desafios dos alunos, dos professores e gestores, e entes da federação, correlacionada ao desenvolvimento pedagógico e educacional municipal delineado por fatores socioeconômico, cultural e político.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Ezequiel F.; MÜLLER, Maria C. Formação docente: saberes e práticas necessárias para a Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 31, n. 3, set./ dez. 2015, Goiânia-GO, 2015 <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/55347>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- BEIRÃO, Paulo S. Lacerda. A importância da iniciação científica para o aluno da graduação. Boletim da Gerais – UFMG –. Belo Horizonte-BH, 1998. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1208/pag2.htm>
- BENITES, Larissa C.; SARTI, Flavia M.; DE SOUZA NETO, Samuel. De mestres de ensino a for supervisionado. Caderno de Pesquisas, v. 45, n. 155, jan./ mar. 2015, São Paulo-SP, 2015, <https://www.scielo.br/pdf/cp/v45n155/1980-5314-cp-45-155-00100.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2020.
- BRASIL. Capítulo III do (a) egresso (a) da formação inicial e continuada. Conselho Nacional da Educação. R 2015. JusBrasil, Salvador-BA, 2015, p. 10. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/95114846/dou-secao-1-02-07-2015-pg-10/pdfView>. Acesso em: 28 mai. 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Capítulo III da Educação, da Cultura e do Brasília-DF, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2020.
- BOUSSO, Regina S.; *et al.* Estágio curricular em enfermagem: transição de identidades. Revista da Escola de 2, jun. 2000, São Paulo-SP, 2000, p. 218-225. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v34n2/v34n2_218-225.pdf. Acesso em: 28 mai. 2020.
- CARNEIRO, Gabriela M.; SANTOS, Jussara L.; COSTA, Walber Christiano L. C. Do saber e identidade ao j moderna. In: CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO – CONEDU – ed. 6, 2019, Fortaleza-CE, Ana Editora Realize, 2019. Disponível em: https://www.conedu/trabalhos/TRABALHO_EV127_MD1_SA2_ID3869_21092019124341.pdf. Acesso em: 04 fev. 2020.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia na batalha das ideias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: F. Giovanni (Org.). Democracia e a construção do público no pensamento educacional brasileiro. Petrópolis-RJ: 2019.
- CORREIA, Larissa C.; FRANZOLIN, Fernanda. Estágio Supervisionado no curso de Pedagogia: reflexão ao CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE – ed. 11, 2013, Curitiba-PR, Anais eletrônicos 2013, p. 22718 – 22729. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/ANAI2013/pdf/7545_4760.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.
- CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano (Org.). Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020. Todos pela Ec Moderna, 2020. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/002899327673357a0e974?authid=YhVHn5>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- DA ROCHA, Vera Maria; FERNANDES, Marcos H. Qualidade de vida de professores do ensino fundar promoção da saúde do trabalhador. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v.1, n. 57, São Paulo-SP, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v57n1/v57n1a05.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- DE OLIVEIRA, Marta K (Org). **VYGOTSKY: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-his** Scipione, 2011 – (Coleção Pensamento e ação na sala de aula) –.
- DOURADO, Luiz F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Revista Educaç ed. Especial, Campinas - SP, 2007, p. 921-946. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a14.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- FÁVERO, Maria L. A. **Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão**. In: ALVES, 1 professores: pensar e fazer. São Paulo - SP: Editora Cortez, 1992, p. 53-71.

FERNANDES, Marleide L.; E SILVA, Maria Aparecida F. A. A importância do estágio para a formação de Professores. Revista Estagiando – UNISAL – n. 5, ed. Especial, Lorena - http://www.lo.unisal.br/nova/estagio/revista_estagiando2007/pedagogia/3%20Ped%20B2.pdf. Acesso em: 04/11/2020.

FRIZON, Vanessa.; et al. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS. In: C E EDUCAÇÃO – EDUCERE –, ed. 12, 2015, Curitiba - PR. Anais eletrônicos [...]. Curitiba-PR, 2015, p. https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22806_11114.pdf. Acesso em: 14 maio. 2020.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 6. ed. São Paulo (Coleção Guia da Escola Cidadã) –.

GATTI, Bernadete A.; BARRETTO, Elba S. S. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO

GODOY, Arilda S. Introdução à Pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, 2, mar/abr. 1995, p. 57-63. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2020.

IVIC, Ivan. **LEV SEMIONOVICH VYGOTSKY**. IVIC, Ivan; COELHO, Edgar P. (Org.). Fundação Joaquim Nabuco, 2010 – (Coleção Educadores) –.

LEONTIEV, Alexis. O desenvolvimento do psiquismo. ed. 2. Tradução de Rubens Eduardo Farias, São Paulo 1-360. Disponível em: https://www.academia.edu/22546933/O_developmento_do_psiquismo._Leontiev_Alexis

LIMA, Jane de O.; DE ANDRADE; Maria. N.; DAMASCENO, Rogério José de A. A RESISTÊNCIA DAS ESCOLAS ÀS TECNOLOGIAS. Brasil Escola, 2008, on-line. <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-resistencia-professor-diante-das-novas-tecnologias.htm>. Acesso em: 14 maio. 2020.

LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?!. Dossiê (Gestão da Escola Pública do Paraná (UFPR) –, v. 34, n. 68, mar./ abr. de 2018, Paraná-PR, Anais eletrônicos [...]. Paraná-PR, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/v34n68/0104-4060-er-34-68-15.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba-PR: Editora Positivo, 2009.

NÓVOA, Antonio. Antonio Nóvoa: “professor se forma na escola”. [Entrevista cedida a] Paola Gentile, Paulo-SP, 01 mai. 2001. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/179/entrevista-formacao-antonio-novoia>. Acesso em: 14 maio. 2020.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro. **Estágio e docência**. 6. ed. São Paulo-SP: Editora Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma G. **O pedagogo na escola pública**. 4. ed. São Paulo-SP: Loyola, 2002.

REGO, Teresa Cristina (Org.). **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Ed. 25, Petrópolis: Vozes, 2009.

RIBEIRO, Maria Edilene da S.; CHAVES, Vera Lúcia J. Gestão Educacional: modelos e práticas. In: CONGRESSO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, ed. 3, Zaragoza-ESP, nov. de 2012. Revista Brasileira de Educação, Goiânia-GO, 2013, p. 1-15. https://anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MariaEdilenedaSilvaRibeiro_GT7.pdf. Acesso em: 31 mai. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro-RJ, v. 14, n. 40, 2009, p. 143-155.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo-SP: Editora Cortez, 1996.

SILVA, Elis R. A importância do Projeto Político-Pedagógico no Contexto Escolar. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO, 2019, p. 1-10.

PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE: produções didáticas pedagógicas. Cadernos Disponível
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ge
Acesso em: 10 fev. 2020.

TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip; MEYER, Henry. **Análise da pesquisa social**. Petrópolis-RJ: Editora Franc

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**. ed. 4, São Paulo-SP: Editora Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**
Sylvia; SOUBERMAN, Ellen; JOHN-STEINER, Vera (Org.). Tradução de José Cipolla Neto; Luís Silveira
Afeche. 7. ed. São Paulo-SP: Editora Martins Fontes, 2007.

- [i] Entrevista concedida por Antônio Nóvoa. Doutor em educação pela Universidade de Lisboa. Entrevistador: Paola Gentile, para Nova Escola. Título da matéria publicada no site da Nova escola: Antonio Nóvoa: “professor se forma na escola”. Via E-mail. Em 01 mai. 2001.
- [ii] A lei tem como proposta regulamentar os estágios no Brasil, desde a modalidade técnica à superior.
- [iii] Extensão da entrevista prestada por Nóvoa para a Nova Escola em mai. 2001.
- [iv] A resolução N. 2 de 1º de Julho de 2005 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- [v] Essa sobreposição se encontra no art. 206 do capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação, na Constituição da República Federativa de 1998.
- [vi] O Anuário é um instrumento de consulta e de acompanhamento da evolução da qualidade da Educação do Brasil a serviço da população brasileira. Seu objetivo é contribuir para qualificar o debate e enriquecer a compreensão sobre as conquistas das décadas recentes, diante do quadro atual e das perspectivas futuras no ensino que é oferecido às crianças, jovens e adultos de todo o país. Em seu eixo estrutural tem-se o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014- 2024, com suas 20 metas, que abrangem as várias etapas e modalidades de ensino, assim como a valorização dos professores, a gestão democrática e o financiamento do ensino público. Para consultar as edições anteriores deve-se acessar o site Todos Pela Educação.
- [vii] Segundo o dicionário eletrônico Priberam, putativa(o) vem do latim *putativus*, -a, -um, imaginário. Seu adjetivo transporta ao que supõe ser o que não é.

* Gabriela Macêdo Carneiro. Discente de Graduação. Pedagogia. UNIFESSPA. E-mail: macedocarneirogabriela@gmail.com.

** Jussara Lima Santos. Discente de graduação. Licenciatura em Pedagogia. UNIFESSPA. E-mail: jussara.ls@unifesspa.edu.br.

*** Walber Christiano Lima da Costa. Doutor em Educação em Ciências e Matemática. Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Educação de Surdos (GPES). UFPA. E-mail: walberchristiano@gmail.com.